



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2022

(Processo n.º 23115.018476/2022-29)

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**, por meio da Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Transparência, sediada na Avenida dos Portugueses, 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bairro Bacanga, São Luís - MA, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de **menor preço por lote**, nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

- **Data da sessão:** 27 de outubro de 2022.
- **Horário:** 10 h 00 min. - **horário de Brasília**
- **Local:** Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras>

1. DO OBJETO.

- 1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para eventual aquisição de **Material de consumo para laboratório e clínicas escolas**, visando atender as necessidades desta **UFMA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2.** A licitação será **dividida em Lotes**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.
- 1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço do Lote ou grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



2. DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de



Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. A participação neste pregão é **exclusiva** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



- 4.4.1.1.** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3.** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7.** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8.** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, quando for o caso;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da



empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



- 7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 7.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



- 7.18.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:
- 7.21.1.** no País;
 - 7.21.2.** por empresas brasileiras;
 - 7.21.3.** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.21.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.22.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.23.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.23.2.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles



exigidos neste Edital e já apresentados, na forma e prazo **estabelecido no subitem 10.1 deste edital.**

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;



- 8.6.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.6.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.9.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



- 9.1.3.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1.** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 9.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



- 9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7.** Ressalvado o disposto no **item 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.8.** Habilitação jurídica:
- 9.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4.** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.1.1. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.1.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.10.1.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.1.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.10.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:



$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo circulante}}$$

9.10.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o lote pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão comprovar o fornecimento de, **no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo estimado para o(s) item (ns) pertinente(s).**

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



- 9.14.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.15.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.18.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.19.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência.



16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 16.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 16.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 16.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 16.4.1.** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

- 17.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 17.2.** O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



- 17.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da data de seu recebimento.
- 17.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 17.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 17.3.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 17.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 17.3.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 17.4.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 17.5.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 17.5.1.** Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTE.

18.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO.

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



21.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não manter a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



- 22.4.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 22.4.2.** Multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 22.4.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.4.4.** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 22.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 22.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



- 22.10.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.11.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.12.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22.14.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

- 23.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 23.2.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 23.3.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 23.4.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

- 24.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



- 24.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail ***cpl@ufma.br***
- 24.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 24.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 24.6.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 24.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 24.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 24.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 25.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



- 25.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. dos Portugueses, 1966 – Cidade Universitária Dom Delgado, Bairro Bacanga, São Luís - MA, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 25.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 25.12.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 25.12.2.** ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;



25.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

São Luís, 14 de outubro de 2022.

Vitor Davi Barros de Souza

Pregoeiro Oficial

Mat. SIAPE 170510-6



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **material de consumo** para laboratórios e clínicas escolas da UFMA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
LOTE/GRUPO 1: INSTRUMENTAL CIRÚRGICO						R\$ 8.029,64
5	AFASTADOR CIRÚRGICO MANUAL	474121	UNIDADE	4	R\$ 28,53	R\$ 114,12
15	CAIXA INSTRUMENTAL AÇO INOXIDÁVEL COM TAMPA	480793	UNIDADE	4	R\$ 129,91	R\$ 519,64
16	CAIXA INSTRUMENTAL AÇO INOXIDÁVEL ESTOJO COMPACTO	480793	UNIDADE	4	R\$ 105,66	R\$ 422,64
25	CONJUNTO INSTRUMENTAL CIRÚRGICO	286270	UNIDADE	4	R\$ 508,49	R\$ 2.033,96
38	LÂMINA BISTURI AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO: Nº 10	445299	UNIDADE	100	R\$ 0,82	R\$ 82,00
39	LARINGOSCÓPIO	445599	CONJUNTO	2	R\$ 1.042,90	R\$ 2.085,80
54	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO PONTA RETA	467997	UNIDADE	4	R\$ 16,93	R\$ 67,72
55	PINÇA ANATÔMICA MODELO DISSECÇÃO PONTA RETA	467746	UNIDADE	4	R\$ 14,96	R\$ 59,84
56	PINÇA CIRÚRGICA ALLIS	467750	UNIDADE	4	R\$ 34,38	R\$ 137,52
57	PINÇA CIRÚRGICA BACKHAUS	467868	UNIDADE	4	R\$ 44,29	R\$ 177,16
58	PINÇA CIRÚRGICA FOERSTER PONTA CURVA	467885	UNIDADE	4	R\$ 45,53	R\$ 182,12
59	PINÇA CIRÚRGICA FOERSTER PONTA RETA	467879	UNIDADE	4	R\$ 71,25	R\$ 285,00
60	PINÇA CIRÚRGICA KELLY PONTA CURVA	467839	UNIDADE	4	R\$ 34,31	R\$ 137,24
61	PINÇA CIRÚRGICA KELLY PONTA RETA	467834	UNIDADE	4	R\$ 29,86	R\$ 119,44
62	PINÇA CIRÚRGICA KOCHER ROCHESTER OCHSNER PONTA CURVA	467809	UNIDADE	4	R\$ 56,65	R\$ 226,60
63	PINÇA CIRÚRGICA KOCHER ROCHESTER OCHSNER PONTA RETA	467802	UNIDADE	4	R\$ 45,48	R\$ 181,92
64	PINÇA CIRÚRGICA ROCHESTER PEAN PONTA CURVA	467819	UNIDADE	4	R\$ 56,58	R\$ 226,32



65	PINÇA CIRÚRGICA ROCHESTER PEAN PONTA RETA	467814	UNIDADE	4	R\$ 48,65	R\$ 194,60
67	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL MAYO HEGAR PONTA CURVA	471166	UNIDADE	4	R\$ 27,85	R\$ 111,40
68	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL MAYO HEGAR PONTA RETA	471146	UNIDADE	4	R\$ 35,48	R\$ 141,92
85	TESOURA CIRÚRGICA COMPRIMENTO: 12 CM	288679	UNIDADE	4	R\$ 19,04	R\$ 76,16
86	TESOURA CIRÚRGICA COMPRIMENTO:13 CM	325893	UNIDADE	4	R\$ 42,83	R\$ 171,32
87	TESOURA INSTRUMENTAL MODELO JOSEPH PONTA CURVA	471586	UNIDADE	4	R\$ 34,40	R\$ 137,60
88	TESOURA INSTRUMENTAL MODELO JOSEPH PONTA RETA	471583	UNIDADE	4	R\$ 34,40	R\$ 137,60
LOTE/GRUPO 2: FÁRMACOS E CORRELATOS						R\$ 876,90
6	ÁGUA DESTILADA	352317	AMPOLA	100	R\$ 0,60	R\$ 60,00
22	CLORETO DE SÓDIO INJETÁVEL	267574	AMPOLA	100	R\$ 0,49	R\$ 49,00
40	LIDOCAÍNA CLORIDRATA EM GEL	269846	BISNAGA	10	R\$ 2,59	R\$ 25,90
41	LIDOCAÍNA CLORIDRATA INJETÁVEL	269843	AMPOLA	100	R\$ 3,99	R\$ 399,00
48	MULTIVITAMINAS	449121	CONJUNT O	100	R\$ 3,43	R\$ 343,00
LOTE/GRUPO 3: ACESSÓRIOS MÉDICOS E CORRELATOS						R\$ 5.778,93
19	CATETER INTRAVENOSO	438244	UNIDADE	100	R\$ 1,26	R\$ 126,00
23	COLETOR DE URINA 2000ML	419377	UNIDADE	25	R\$ 5,22	R\$ 130,50
26	CONJUNTO PARA PAPANICOLAU	405739	UNIDADE	10	R\$ 3,48	R\$ 34,80
31	EQUIPO ESPECIAL	390163	UNIDADE	25	R\$ 1,12	R\$ 28,00
32	ESPÁTULA DE AYRES	453693	EMB. C/ 100	2	R\$ 9,69	R\$ 19,38
36	INTRODUTOR PERCUTÂNEO ARTERIAL 5 FR X 10 CM	448090	UNIDADE	25	R\$ 50,31	R\$ 1.257,75
37	INTRODUTOR PERCUTÂNEO ARTERIAL 8 FR X 12 CM	448138	UNIDADE	25	R\$ 47,75	R\$ 1.193,75
71	SERINGA 0,5 ML	439652	UNIDADE	1000	R\$ 0,40	R\$ 400,00
72	SERINGA 1,0 ML	469169	UNIDADE	1000	R\$ 0,64	R\$ 640,00
73	SERINGA 10 ML	439709	UNIDADE	1000	R\$ 0,49	R\$ 490,00
74	SERINGA 20 ML	455596	UNIDADE	1000	R\$ 0,68	R\$ 680,00
75	SERINGA 5,0 ML	439698	UNIDADE	1000	R\$ 0,42	R\$ 420,00
77	SONDA TRATO URINÁRIO FOLEY CALIBRE 14 FRENCH	436011	UNIDADE	25	R\$ 3,38	R\$ 84,50
78	SONDA TRATO URINÁRIO FOLEY CALIBRE 16 FRENCH	436007	UNIDADE	25	R\$ 3,18	R\$ 79,50
79	SONDA TRATO URINÁRIO FOLEY CALIBRE 22 FRENCH	436013	UNIDADE	25	R\$ 4,36	R\$ 109,00



80	SONDA TRATO URINÁRIO URETRAL CALIBRE 14 FRENCH	435973	UNIDADE	25	R\$ 1,24	R\$ 31,00
81	SONDA TRATO URINÁRIO URETRAL CALIBRE 16 FRENCH	438411	UNIDADE	25	R\$ 0,83	R\$ 20,75
82	SONDA TRATO URINÁRIO URETRAL CALIBRE 22 FRENCH	435990	UNIDADE	25	R\$ 1,36	R\$ 34,00
LOTE/GRUPO 4: REAGENTES E MEIOS DE CULTURA						R\$ 1.710,31
27	CORANTE REAGENTE PARA COLORAÇÃO DE GRAM	327534	CONJUNT O	1	R\$ 59,40	R\$ 59,40
44	MEIO DE CULTURA - ÁGAR MUELLER HINTON	326282	FRASCO 500G	1	R\$ 316,91	R\$ 316,91
45	MEIO DE CULTURA - CALDO (VM-VP)	424703	FRASCO 500G	1	R\$ 439,94	R\$ 439,94
46	MEIO DE CULTURA - CALDO TRIPTONA	343622	FRASCO 500G	2	R\$ 447,03	R\$ 894,06
LOTE/GRUPO 5: MATERIAL QUÍMICO						R\$ 11.618,40
1	2,2-DIFENIL-1- PICRILHIDRAZIL (DPPH)	471027	GRAMA	2	R\$ 1.587,78	R\$ 3.175,56
2	ACETONITRILA	347149	LITRO	1	R\$ 220,96	R\$ 220,96
3	ÁCIDO OXÁLICO (H ₂ C ₂ O ₄) P.A	412953	KG	1	R\$ 31,50	R\$ 31,50
4	ÁCIDO TIOBARBITÚRICO	376424	GRAMA	25	R\$ 15,26	R\$ 381,50
7	ÁLCOOL PROPÍLICO	348275	LITRO	3	R\$ 37,75	R\$ 113,25
8	ALOÍNA	414827	GRAMA	25	R\$ 107,51	R\$ 2.687,75
9	ALUMINA	397545	UNIDADE	2	R\$ 102,67	R\$ 205,34
10	ANIDRIDO ACÉTICO	432344	LITRO	1	R\$ 59,05	R\$ 59,05
20	CLORETO DE ANTIMÔNIO	408577	GRAMA	50	R\$ 3,66	R\$ 183,00
21	CLORETO DE HIDROXILAMÔNIO	360545	GRAMA	100	R\$ 1,09	R\$ 109,00
29	DIMETILFORMAMIDA	478118	LITRO	1	R\$ 131,99	R\$ 131,99
30	DIMETILSULFÓXIDO (DMSO)	352834	LITRO	2	R\$ 73,00	R\$ 146,00
43	MAGNÉSIO EM RASPAS (APARAS)	374793	GRAMA	250	R\$ 0,80	R\$ 200,00
47	METABISSULFITO DE SÓDIO	400837	GRAMA	250	R\$ 0,11	R\$ 27,50
49	NITRATO DE BISMUTO	353054	GRAMA	50	R\$ 1,05	R\$ 52,50
50	NITRATO DE CHUMBO	400839	GRAMA	500	R\$ 0,16	R\$ 80,00
70	RESINA DE POLIÉSTER	458414	KG	5	R\$ 141,35	R\$ 706,75
83	SULFATO DE MANGANÊS	357767	GRAMA	500	R\$ 0,07	R\$ 35,00
89	TRIAZINA	357315	GRAMA	3	R\$ 437,05	R\$ 1.311,15
90	TRIFENILTETRAZÓLIO	378141	GRAMA	10	R\$ 176,06	R\$ 1.760,60
LOTE/GRUPO 6: MATERIAL PARA LABORATÓRIO						R\$ 16.450,90
13	BALÃO DE DESTILAÇÃO FUNDO CHATO	409254	UNIDADE	6	R\$ 113,64	R\$ 681,84
24	CONEXÃO DE LABORATÓRIO TIPO CLAISEN	449547	UNIDADE	6	R\$ 89,67	R\$ 538,02
28	DESSECADOR DE 30 CM	436423	UNIDADE	1	R\$ 893,97	R\$ 893,97
33	FILTRO HEPA	471328	UNIDADE	4	R\$ 313,52	R\$ 1.254,08



34	FILTRO LABORATÓRIO PVDF	410122	UNIDADE	100	R\$ 4,35	R\$ 435,00
35	FILTRO POLIPROPILENO	467221	UNIDADE	56	R\$ 141,20	R\$ 7.907,20
51	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA BOMBA VÁCUO	473619	EMB. 500 ML	2	R\$ 26,84	R\$ 53,68
52	PENEIRA MESH ABERTURA 0,09MM	245336	UNIDADE	1	R\$ 386,33	R\$ 386,33
53	PENEIRA MESH ABERTURA 0,25MM	245334	UNIDADE	1	R\$ 386,33	R\$ 386,33
66	PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO JACK	480919	UNIDADE	2	R\$ 617,62	R\$ 1.235,24
69	REFIL BACTERIOLÓGICO	376983	UNIDADE	2	R\$ 217,37	R\$ 434,74
76	SISTEMA DE EXTRAÇÃO CLEVENGER	421500	UNIDADE	1	R\$ 869,27	R\$ 869,27
84	SUPORTE UNIVERSAL 70CM	414306	UNIDADE	16	R\$ 85,95	R\$ 1.375,20
LOTE/GRUPO 7: MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO						R\$ 4.337,52
14	BOMBONA	307499	UNIDADE	10	R\$ 354,67	R\$ 3.546,70
17	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 15L	473508	UNIDADE	8	R\$ 37,34	R\$ 298,72
18	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 29L	455066	UNIDADE	10	R\$ 49,21	R\$ 492,10
LOTE/GRUPO 8: MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL						R\$ 933,55
11	AVENTAL PVC FORRADO 100x80CM	240135	UNIDADE	10	R\$ 16,98	R\$ 169,80
12	AVENTAL PVC FORRADO 120x70CM	240136	UNIDADE	10	R\$ 16,76	R\$ 167,60
42	LUVA DE PROTEÇÃO EM FIBRA ARAMIDA	342546	PAR	5	R\$ 119,23	R\$ 596,15

1.2. As descrições técnicas e complementares dos materiais a serem adquiridos estão listadas no **APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste documento.

1.3. Caso haja discordância entre as especificações dos itens listados no referido apêndice com aquelas constantes no sistema Compras.gov.br (CATMAT), **prevalecerá a especificação constante neste Termo de Referência.**

1.4. A estimativa de custo total para aquisição é de **R\$ 49.736,15**(quarenta e nove mil setecentos e trinta e seis reais e quinze centavos).

1.5. O custo estimado foi elaborado com base nos preços divulgados no Painel de Preços do Ministério da Economia e preços pesquisados em lojas virtuais, conforme Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, por se tratar este certame de procedimento administrativo autuado sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2001.

1.6. Os valores estimados servirão apenas de subsídios às empresas licitantes para formulação de suas propostas. Portanto, não deverá constituir qualquer compromisso futuro para com a CONTRATANTE.



- 1.7.** Conforme determinação legal, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar n. 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014) a Administração deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- 1.8.** O material correspondente à aplicação da participação exclusiva de ME/EPP/COOP, está discriminado no(s) item(ns) 01 a 90 constante(s) na lista de materiais acima elencados.
- 1.9.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.10.** O objeto da presente contratação foi organizado em lotes/grupos.
- 1.10.1.** Conforme disposição do §1º, do art. 23, da Lei Geral de Licitações, as compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem **técnica e economicamente viáveis** com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, de modo a garantir a máxima competitividade e maior eficiência nas contratações pública. Frente a isto, com base na experiência de licitações recentes realizadas por esta UFMA, o agrupamento de itens em determinados casos se mostrou tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme justificativas apresentadas a seguir.
- 1.10.2.** Após todo o trabalho de estipulação dos quantitativos e características técnicas que vão desde o levantamento de mercado até o uso ao qual os materiais solicitados se destinam na UFMA, o agrupamento dos itens se deu com base nas suas características técnicas, a partir da similaridade e familiaridade da natureza dos itens. De tal modo, fazem parte de um mesmo grupo itens que, por sua natureza, são usualmente produzidos e/ou comercializados pelo mesmo fornecedor, evitando a restrição da competitividade. Destacamos ainda que, por tratar-se de materiais sem complexidade de produção e fornecimento, o agrupamento não restringirá a ampla participação de potenciais fornecedores por razão de incapacidade técnica dos mesmos.
- 1.10.3.** Em razão da diversidade de locais de entrega e da distância entre os mesmos, já que o objeto desta contratação atende diversos campi da UFMA em todo o território do Estado do Maranhão, o agrupamento dos itens torna mais atrativo o fornecimento dos mesmos do ponto de vista logístico por facilitar a entrega e reduzir o tempo e os custos de transporte do material. Cabe ressaltar que o agrupamento de itens torna o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, fomentando a disputa e ampliando o número de interessados na licitação;



- 1.10.4.** O agrupamento também visou tornar mais eficiente o processo de aquisição do registro de preços, para evitar emissão de empenhos com valores ínfimos, e assim, proporcionar um processo mais eficaz e econômico. Considerando que muitos dos itens têm valores unitários abaixo de R\$ 1,00, o agrupamento dos mesmos levou em conta a vantajosidade e a viabilidade econômica de agrupá-los, tendo em vista que parte deles, além do baixo valor unitário, foram solicitados em baixa quantidade, o que poderia ocasionar desinteresse de fornecedores para esses itens do certame. O agrupamento de itens visa a economia de escala dirimindo a inviabilidade técnica para o fornecimento de itens de baixo valor, ampliando assim o interesse e a competitividade de propostas para tais itens, razão pela qual não há incoerência entre adjudicar pelo menor preço global por grupo e promover aquisições por itens;
- 1.10.5.** Por fim, mediante cautelosa análise e conclusão pela razoabilidade do caso mediante as justificativas já apresentadas, o agrupamento dos itens visa ainda redução de custos de gestão, afastando a possibilidade de processos antieconômicos em razão da ineficácia dos mesmos. A decisão de agrupamento se justifica ainda com base na experiência prévia de licitações similares, as quais resultaram em grande número de itens desertos ou fracassados, por uma ou mais das razões acima elencadas, como pode ser conferido nos pregões – 03/2022;04/2022;06/2022; 13/2022; 14/2022 18/2022 e 26/2022– UFMA;
- 1.11.** O objeto da presente licitação trata de demandas de material de uso específico de **alguns** setores da UFMA e não houve registro de compras recentes de tais itens (últimos 4 anos) e, portanto, não faziam parte dos pregões acima listados, resultantes da consolidação de demandas de material de uso comum das unidades desta UFMA.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A contratação em tela visa atender as necessidades da UFMA, quanto ao suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados às ciências naturais e ciências da saúde. O material/serviço é necessário por serem itens essenciais à aprendizagem por meio de atividades práticas, sendo que os benefícios causados pela aquisição do material serão a continuidade dessas atividades durante o ano letivo, ao tempo que a não aquisição implicará na interrupção das aulas práticas assim como comprometimento das pesquisas e dos serviços prestados à comunidade por meio das atividades de extensão.
- 2.2.** A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao Termo de Referência.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1.** Trata-se aquisição de material de consumo - insumos para uso laboratorial e hospitalar em diversos setores e campi da Universidade Federal Maranhão (UFMA), para o suprimento dos laboratórios e clínicas das unidades de ensino, pesquisa e extensão.
- 3.2.** A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo a este Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1.** Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1.** Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1.** O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada, nos seguintes endereços:

6.1.1. UFMA CAMPUS BACANGA - ALMOXARIFADO CENTRAL: Avenida dos Portugueses, nº 1966, Campus do Bacanga, São Luís - MA - CEP: 65.080-805; das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda à sexta, exceto feriados;

6.1.2. UFMA CAMPUS BALSAS: MA-140, KM 04, Balsas - MA, CEP: 65800-000; das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda à sexta, exceto feriados;

6.1.3. UFMA CAMPUS GRAJAÚ: Av. Aurila Maria Santos Barros de Sousa, s/n, Bairro: Loteamento Frei Alberto Beretta, Grajaú – MA CEP: 65940-000; das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda à sexta, exceto feriados;

6.1.4. UFMA CAMPUS IMPERATRIZ/ Unidade Bom Jesus: Av. da Universidade, S/N Dom Afonso Felipe Gregory, CEP: 65915-240; Imperatriz – MA das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda à sexta, exceto feriados;

6.1.5. UFMA CAMPUS IMPERATRIZ/Unidade Centro: Rua Urbano Santos, S/N, Centro. Imperatriz – MA CEP: 65900-410; das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda à sexta, exceto feriados;

6.1.6. UFMA CAMPUS PINHEIRO: Estrada de Pacas, s/n, Pinheiro – MA CEP: 65200-000; das 08:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda à sexta, exceto feriados;



- 6.2.** 6.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 6.3.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.5.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

- 7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado



a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, para botijões e acessórios quando for o caso.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento do material, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;



9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



- 12.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



- 12.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = 0,00016438$$

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$



13. DO REAJUSTE

- 13.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 13.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 13.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 14.1.1.** Ausência de complexidade e/ou vultuosidade que comprometa o cumprimento das obrigações;



14.1.2. A exigência de garantia contratual representa um valor a ser agregado às propostas dos licitantes, cujos custos poderiam ser repassados à própria administração contratante, o que vai de encontro à economicidade da contratação;

14.1.3. Possibilidade de restrição do caráter competitivo do certame;

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 09 (nove) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

15.3. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.5. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar material equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.6. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.7. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

Multa:

moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5% (cinco por cento);

compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.



- 16.4.** As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.7.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.7.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.10.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



- 16.11.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.12.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 17.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 17.3.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o lote pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 17.3.1.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 17.3.1.2.** fornecimento de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo estimado para item pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.
- 17.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 17.4.1.** Valores unitários e valores globais por grupo: conforme composição de preços apresentada no APÊNDICE A deste Termo de Referência.
- 17.5.** O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item para os itens 01, 11, 12, 14, 17, 18, 42, 89 e menor preço global por grupo para os demais, conforme grupos listados no APÊNDICE A deste Termo de Referência.
- 17.6.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 18.1.** O custo estimado da contratação é **R\$ 49.736,15** (quarenta e nove mil setecentos e trinta e seis reais e quinze centavos).



19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 19.1.** Esse pregão tem o objetivo de utilizar o Sistema de Registro de Preços – SRP, com base no decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art. 3º, inciso II – “quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas [...]”, tendo em vista que tal contratação atenderá diversos setores e campi dessa universidade.

APÊNDICE A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant. Int.	Valor Unitário	Valor Total
LOTE/GRUPO 1: INSTRUMENTAL CIRÚRGICO					R\$ 8.029,64
5	3036000001552	Unidade	4	R\$ 28,53	114,12
AFASTADOR CIRÚRGICO MANUAL					
AFASTADOR CIRÚRGICO MANUAL, MODELO: FARABEU, FORMATO PONTA: PONTAS DUPLAS, DIMENSÃO TOTAL: CERCA DE 13 MM X 15 CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL					
15	3036000003847	Unidade	4	R\$ 129,91	519,64
CAIXA INSTRUMENTAL AÇO INOXIDÁVEL COM TAMPA					
CAIXA INSTRUMENTAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: COM TAMPA, COMPRIMENTO: 26 CM, ALTURA: 6 CM, LARGURA: 12 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA					
16	3036000003848	Unidade	4	R\$ 105,66	422,64
CAIXA INSTRUMENTAL AÇO INOXIDÁVEL ESTOJO COMPACTO					
CAIXA INSTRUMENTAL, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: ESTOJO COMPACTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LISO, OUTROS COMPONENTES: COM TAMPA, DIMENSÕES: CERCA DE 30 X 15 X 10 CM					
25	3036000003850	Unidade	4	R\$ 508,49	2.033,96
CONJUNTO INSTRUMENTAL CIRÚRGICO					
CONJUNTO INSTRUMENTAL CIRÚRGICO, COMPONENTES: PINÇA DISSECÇÃO 18CM, STANDART 1X2 DENTES 14,5CM, OUTROS COMPONENTES: 1 PINÇA CHERON ANGULADA 24CM, 6 BACKHAUS 10,5CM, ACESSÓRIOS: PINÇAS HALSTED-MOSQUITO FINAS CURVAS 12,5CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 PINÇAS HEMOST. HALSTED-MOSQUITO FINA RETA 12,5CM, APLICAÇÃO: 1 KELLY FINA RETA 14CM, 2 KELLY FINA CURVA 14CM					



38	3036000003854	Unidade	100	R\$ 0,82	82,00
LÂMINA BISTURI AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO: Nº 10					
LÂMINA BISTURI, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO: Nº 10, TIPO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALADA INDIVIDUALMENTE					
39	3036000003833	Conjunto	2	R\$ 1.042,90	2.085,80
LARINGOSCÓPIO					
Kit de intubação orotraqueal com laringoscópio adulto e 6 lâminas curvas					
54	3036000001529	Unidade	4	R\$ 16,93	67,72
PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO PONTA RETA					
PINÇA ANATÔMICA, MODELO: DENTE DE RATO, FORMATO PONTA: PONTA RETA, TIPO PONTA: 1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 16 CM, COMPONENTE: S/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL					
55	3036000001500	Unidade	4	R\$ 14,96	59,84
PINÇA ANATÔMICA MODELO DISSECÇÃO PONTA RETA					
PINÇA ANATÔMICA, MODELO: DISSECÇÃO, FORMATO PONTA: PONTA RETA, TIPO PONTA: SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 16 CM, COMPONENTE: S/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL					
56	3036000003834	Unidade	4	R\$ 34,38	137,52
PINÇA CIRÚRGICA ALLIS					
PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: ALLIS, FORMATO PONTA: PONTA RETA, TIPO PONTA: 5 X 6 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 14 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL					
57	3036000003640	Unidade	4	R\$ 44,29	177,16
PINÇA CIRÚRGICA BACKHAUS					
PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: BACKHAUS, FORMATO PONTA: PONTA CURVA, TIPO PONTA: TRAUMÁTICA, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 10 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL					
58	3036000003835	Unidade	4	R\$ 45,53	182,12
PINÇA CIRÚRGICA FOERSTER PONTA CURVA					
PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: FOERSTER, FORMATO PONTA: PONTA CURVA, TIPO PONTA: SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 16 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL					
59	3036000003836	Unidade	4	R\$ 71,25	285,00
PINÇA CIRÚRGICA FOERSTER PONTA RETA					



PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MODELO DISSECÇÃO, COMPRIMENTO 16 CM,
CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DENTE DE RATO

60 3036000003838 Unidade 4 R\$ 34,31 137,24

PINÇA CIRÚRGICA KELLY PONTA CURVA

PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: KELLY, FORMATO PONTA: PONTA CURVA, TIPO PONTA: SERRILHADA,
COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 16 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL,
ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

61 3036000003837 Unidade 4 R\$ 29,86 119,44

PINÇA CIRÚRGICA KELLY PONTA RETA

PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: KELLY, FORMATO PONTA: PONTA RETA, TIPO PONTA: SERRILHADA,
COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 16 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL,
ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

62 3036000003839 Unidade 4 R\$ 56,65 226,60

PINÇA CIRÚRGICA KOCHER ROCHESTER OCHSNER PONTA CURVA

PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: KOCHER / ROCHESTER OCHSNER, FORMATO PONTA: PONTA CURVA, TIPO
PONTA: 1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 18 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA,
MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

63 3036000003840 Unidade 4 R\$ 45,48 181,92

PINÇA CIRÚRGICA KOCHER ROCHESTER OCHSNER PONTA RETA

PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: KOCHER / ROCHESTER OCHSNER, FORMATO PONTA: PONTA RETA, TIPO
PONTA: 1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 18 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA,
MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

64 3036000003841 Unidade 4 R\$ 56,58 226,32

PINÇA CIRÚRGICA ROCHESTER PEAN PONTA CURVA

PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: ROCHESTER PEAN, FORMATO PONTA: PONTA CURVA, TIPO PONTA:
SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 18 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO
INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

65 3036000003842 Unidade 4 R\$ 48,65 194,60

PINÇA CIRÚRGICA ROCHESTER PEAN PONTA RETA

PINÇA CIRÚRGICA, MODELO: ROCHESTER PEAN, FORMATO PONTA: PONTA RETA, TIPO PONTA:
SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 18 CM, COMPONENTE: C/ CREMALHEIRA, MATERIAL: AÇO
INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

67 3036000003739 Unidade 4 R\$ 27,85 111,40

PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL MAYO HEGAR PONTA CURVA



PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL, MODELO: MAYO HEGAR, TIPO PONTA: PONTA CURVA,
CARACTERÍSTICA PONTA: C/ VÍDEA, HASTE: HASTE RETA, ADICIONAL 1: COM TRAVA, COMPRIMENTO
TOTAL: CERCA DE 16 CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

68 3036000001507 Unidade 4 R\$ 35,48 141,92

PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL MAYO HEGAR PONTA RETA

PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL MODELO: MAYO HEGAR, TIPO PONTA: PONTA RETA, HASTE: HASTE
RETA, ADICIONAL 1: COM TRAVA, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 16 CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL,
ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

85 3036000003831 Unidade 4 R\$ 19,04 76,16

TESOURA CIRÚRGICA COMPRIMENTO: 12 CM

TESOURA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 12 CM, TIPO PONTA: PONTA RETA, TIPO:
SPENCER

86 3036000003832 Unidade 4 R\$ 42,83 171,32

TESOURA CIRÚRGICA COMPRIMENTO: 13 CM

TESOURA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 13 CM, APLICAÇÃO: CIRÚRGICA, CORTE FIO
AÇO ATÉ 1,5MM DE DIÂMETRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DUPLA AÇÃO

87 3036000003863 Unidade 4 R\$ 34,40 137,60

TESOURA INSTRUMENTAL MODELO JOSEPH PONTA CURVA

TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO: JOSEPH, TIPO PONTA: PONTA CURVA, CARACTERÍSTICA PONTA: C/
VÍDEA, HASTE: HASTE RETA, COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 14 CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL
ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

88 3036000003864 Unidade 4 R\$ 34,40 137,60

TESOURA INSTRUMENTAL MODELO JOSEPH PONTA RETA

TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO: JOSEPH, TIPO PONTA: PONTA RETA, HASTE: HASTE RETA,
COMPRIMENTO TOTAL: CERCA DE 14 CM, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE: ESTERILIZÁVEL

LOTE/GRUPO 2: FÁRMACOS E CORRELATOS

R\$ 876,90

6 3011000002476 Ampola 100 R\$ 0,60 60,00

ÁGUA DESTILADA

ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO: ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM: EM SISTEMA FECHADO;
APRESENTAÇÃO: AMPOLA 10ML

22 3036000003866 Ampola 100 R\$ 0,49 49,00

CLORETO DE SÓDIO DOSAGEM: 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL

CLORETO DE SÓDIO, DOSAGEM: 20%, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL; CONCENTRAÇÃO: 0,9%; FORMA
FARMACEUTICA: SOLUÇÃO; APRESENTAÇÃO: AMPOLA 10ML



40	3036000003855	Bisnaga	10	R\$ 2,59	25,90
----	---------------	---------	----	----------	-------

LIDOCAÍNA CLORIDRATA EM GEL
LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2%, APRESENTAÇÃO: GEL; EMBALAGEM: BISNAGA 50 ML

41	3036000003856	Ampola	100	R\$ 3,99	399,00
----	---------------	--------	-----	----------	--------

LIDOCAÍNA CLORIDRATA INJETÁVEL
LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2%, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL; FORNECIMENTO: AMPOLA 20ML

48	3036000003865	Conjunto	100	R\$ 3,43	343,00
----	---------------	----------	-----	----------	--------

MULTIVITAMINAS
MULTIVITAMINAS, COMPOSIÇÃO DE VITAMINAS: VITS: A, B1, B2, B3, B5, B6, B12, C, D, E, H, K, OUTROS COMPONENTES:ÁCIDO FÓLICO, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCO A + FRASCO B,ADICIONAL 1: ADULTO

LOTE/GRUPO 3: ACESSÓRIOS MÉDICOS E CORRELATOS **R\$ 5.778,93**

19	3036000003830	Unidade	100	R\$ 1,26	126,00
----	---------------	---------	-----	----------	--------

CATETER INTRAVENOSO
CATETER INTRAVENOSO, MATERIAL:POLIURETANO OCRILON, CALIBRE:22 G, APLICAÇÃO:PERIFÉRICO, CARACTERÍSTICASADICIONAIS: CURTO, SISTEMA SEGURANÇA, AGULHA ELETROPOLIDA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO: RADIOPACO, EMBALAGEM: ABERTURA ASSÉPTICA

23	3036000003849	Unidade	25	R\$ 5,22	130,50
----	---------------	---------	----	----------	--------

COLETOR DE URINA 2000ML
COLETOR DE URINA, MATERIAL: PVC, TIPO: SISTEMA FECHADO, CAPACIDADE: CERCA DE 2000 ML, GRADUAÇÃO: GRADUAÇÃO DE 100 EM 100 ML, VÁLVULA: VÁLVULA ANTI-REFLUXO, PINÇA: CLAMP CORTA FLUXO, FILTRO: FILTRO HIDROFÓBICO/BACTERIOLÓGICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CÂMARA PASTEUR FLEXÍVEL, CONECTOR: CONECTOR UNIVERSAL, OUTROS COMPONENTES:MEMBRANA AUTOCATRIZANTE, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL

26	3035000023853	Unidade	10	R\$ 3,48	34,80
----	---------------	---------	----	----------	-------

CONJUNTO PARA PAPANICOLAU (MÉDIO)
Conjunto para papanicolau tamanho médio. Composição Básica: 1 Espéculo Vaginal médio, 1 Espátula De Ayres;Outros Componentes: 1 Escova Cervical, 1 Pinça Cheron; Componentes Adicionais: 1 Lâmina Com Frasco DeTransporte; Embalagem: Estéril, Embalagem Individual

31	3036000003851	Unidade	25	R\$ 1,12	28,00
----	---------------	---------	----	----------	-------

EQUIPO ESPECIAL
"EQUIPO ESPECIAL, APLICAÇÃO: P/ TRANSFERÊNCIA, NÚMERO VIAS: TORNEIRA 3 VIAS, CONEXÃO C/ LUER C/ TAMPA, MATERIAL: PVC CRISTAL, TIPO PINÇA: PINÇA CORTA FLUXO, TIPO CONECTOR:



CONECTOR LUER LOCK MACHO C/ TAMP, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: P/ INFUSÃO SIMULTÂNEA, P/ MEDULA ÓSSEA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.

32 3036000003867 Emb. 2 R\$ 9,69 19,38

ESPÁTULA DE AYRES

Modelo: De Ayres; Material: Madeira; Comprimento*: Cerca De 18 Cm; Esterilidade: Descartável; Apresentação embalagem com 100 unidades.

36 3036000003852 Unidade 25 R\$ 50,31 1.257,75

INTRODUTOR PERCUTÂNEO ARTERIAL 5 FR X 10 CM

INTRODUTOR PERCUTÂNEO, TIPO: ARTERIAL, COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR, COMPONENTE2: EXTENSÃO C/ TORNEIRA MULTIVIAS, MATERIAL: POLÍMERO HIDROFÍLICO, DIMENSÕES: CERCA DE 5 FR X 10 CM, COMPONENTE 3: C/ FIO GUIA PONTA RETA, DIÂMETRO FIO GUIA: 0,021", COMPRIMENTO FIO GUIA: ATÉ 45 CM, ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO

37 3036000003853 Unidade 25 R\$ 47,75 1.193,75

INTRODUTOR PERCUTÂNEO ARTERIAL 8 FR X 12 CM

INTRODUTOR PERCUTÂNEO, TIPO: ARTERIAL, COMPONENTE 1: BAINHA VALVULADA C/ SAÍDA LATERAL, DILATADOR, COMPONENTE2: EXTENSÃO C/ TORNEIRA MULTIVIAS, MATERIAL: POLÍMERO, DIMENSÕES: CERCA DE 8 FR X 12 CM, COMPONENTE3: C/ FIO GUIA PONTA RETA, DIÂMETRO FIO GUIA: 0,038", COMPRIMENTO FIO GUIA: ACIMA 45 CM, ACESSÓRIOS: C/ AGULHA DE PUNÇÃO, ESTERILIZAÇÃO: ESTÉRIL, USO ÚNICO

71 3036000003746 Unidade 1000 R\$ 0,40 400,00

SERINGA 0,5 ML

SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 0,5 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA UI), NUMERADA, TIPO AGULHA: C/ AGULHA 30 GX 1/2", ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL

72 3036000003742 Unidade 1000 R\$ 0,64 640,00

SERINGA 1,0 ML

SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 1 ML, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA (ESCALA UI), NUMERADA, TIPO AGULHA: C/ AGULHA FIXA CERCA 30 G X 8 MM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO

73 3036000003844 Unidade 1000 R\$ 0,49 490,00

SERINGA 10 ML

SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 10 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, TIPO AGULHA: C/ AGULHA 20 G X 1", COMPONENTE ADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL



74 3036000003845 Unidade 1000 R\$ 0,68 680,00 SR

SERINGA 20 ML

SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 20 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPOVEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, TIPO AGULHA:C/ AGULHA 18 G X 1 1/2", COMPONENTEADICIONAL: C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEMINDIVIDUAL

75 3036000003467 Unidade 1000 R\$ 0,42 420,00

SERINGA 5,0 ML

SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE:5 ML, TIPO BICO: BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO:ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL: GRADUADA, NUMERADA, TIPO AGULHA:C/ AGULHA 22 G X 1", COMPONENTE ADICIONAL:C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL

77 3036000003857 Unidade 25 R\$ 3,38 84,50

SONDA TRATO URINÁRIO FOLEY CALIBRE 14 FRENCH

SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 14 FRENCH, VIAS:3 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME:C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUA

78 3036000003858 Unidade 25 R\$ 3,18 79,50

SONDA TRATO URINÁRIO FOLEY CALIBRE 16 FRENCH

SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE:16 FRENCH, VIAS: 2 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL

79 3036000003859 Unidade 25 R\$ 4,36 109,00

SONDA TRATO URINÁRIO FOLEY CALIBRE 22 FRENCH

SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: FOLEY, MATERIAL: BORRACHA, CALIBRE: 22 FRENCH, VIAS: 3 VIAS, CONECTOR: CONECTORES PADRÃO, VOLUME: C/ BALÃO CERCA 30 ML, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL

80 3036000003860 Unidade 25 R\$ 1,24 31,00

SONDA TRATO URINÁRIO URETRAL CALIBRE 14 FRENCH

SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: URETRAL, MATERIAL: POLIURETANO, CALIBRE: 14 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO, COMPRIMENTO: CERCA 40 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ADICIONAIS: LUBRIFICADA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL

81 3036000003861 Unidade 25 R\$ 0,83 20,75

SONDA TRATO URINÁRIO URETRAL CALIBRE 16 FRENCH



SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: URETRAL, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: 16 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 40 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL

82 3036000003862 Unidade 25 R\$ 1,36 34,00

SONDA TRATO URINÁRIO URETRAL CALIBRE 22 FRENCH

SONDA TRATO URINÁRIO, MODELO: URETRAL, MATERIAL: POLIURETANO, CALIBRE: 22 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO/ TAMPA, COMPRIMENTO: CERCA 40 CM, TIPO PONTA: PONTA DISTAL CILÍNDRICA FECHADA, COMPONENTES: C/ ORIFÍCIOS LATERAIS, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL

LOTE/GRUPO 4: REAGENTES E MEIOS DE CULTURA

R\$ 1.710,31

27 3011000002483 Conjunto 1 R\$ 59,40 59,40

CORANTE REAGENTE PARA COLORAÇÃO DE GRAM

CORANTE TIPO: CONJUNTO REAGENTE PARA COLORAÇÃO DE GRAM, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FRASCOS SEPARADOS CONTENDO, COMPOSIÇÃO: CRISTALVIOLETA, LUGOL, ETANOL-ACETONA, FUCCINA BÁSICA

44 3035000023946 Frasco 1 R\$ 316,91 316,91

MEIO DE CULTURA - CALDO (VM-VP)

Meio de Cultura - Caldo (VM-VP) Tipo: Caldo Vm-Vp Apresentação: Pó; Apresentação: Frasco 500g

45 3035000023955 Frasco 1 R\$ 439,94 439,94

MEIO DE CULTURA - CALDO TRIPTONA

Meio de Cultura - Caldo Triptona Tipo: Caldo Triptona Apresentação: Pó; Apresentação: Frasco 500g

46 3035000023956 Frasco 2 R\$ 447,03 894,06

MEIO DE CULTURA ÁGAR MUELLER HINTON

MEIO DE CULTURA, TIPO: ÁGAR MUELLER HINTON, APRESENTAÇÃO: PÓ; APRESENTAÇÃO FRASCO 500G

LOTE/GRUPO 5: MATERIAL QUÍMICO

R\$ 11.618,40

1 3011000002479 Grama 2 R\$ 1.587,78 3.175,56

2,2-DIFENIL-1-PICRILHIDRAZIL (DPPH)

2,2-DIFENIL-1-PICRILHIDRAZIL (DPPH), ASPECTO FÍSICO: PÓ, FÓRMULA QUÍMICA: C₁₈H₁₂N₅O₆, PESO MOLECULAR: 394,32G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 95%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 1898-66-4

2 3011000002477 Litro 1 R\$ 220,96 220,96

ACETONITRILA



ACETONITRILA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, ODOR DE ÉTER, PESO MOLECULAR:41,05 G/MOL, FÓRMULAQUÍMICA: CH₃CN, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERODE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 75-05-8

3 3011000001118 Kg 1 R\$ 31,50 31,50

ÁCIDO OXÁLICO (H₂C₂O₄) P.A

Aspecto Físico: Cristal Ou Pó Branco Cristalino Higroscópico Peso Molecular: 90,04 g/mol Fórmula Química:C₂H₂O₄ Anidro Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99% Característica Adicional: Reagente P.A. Número DeReferência Química: Cas 144-62-7

4 3011000002475 Grama 25 R\$ 15,26 381,50

ÁCIDO TIOBARBITÚRICO

ÁCIDO TIOBARBITÚRICO, ASPECTO FÍSICO: PÓ ESBRANQUIÇADO A LEVEMENTE AMARELADO, FÓRMULA QUÍMICA: C₄H₄O₂N₂S(ÁCIDO 2-TIOBARBITÚRICO), PESO MOLECULAR:144,15 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERODE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 504-17-6

7 3011000002099 Litro 3 R\$ 37,75 113,25

ÁLCOOL PROPÍLICO

ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, ODOR CARACTERÍSTICO, FÓRMULA QUÍMICA (CH₃)₂CHOH (ISOPROPÍLICOOU ISO-PROPANOL), PESO MOLECULAR* 60,10 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICAADICIONAL REAGENTE P.A. LIVRE DE DNASE E RNASE, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 67-63- 0

8 3011000002480 Grama 25 R\$ 107,51 2.687,75

ALOÍNA

COMPOSTO QUÍMICO, COMPOSIÇÃO ALOÍNA A (BARBALOÍNA), APRESENTAÇÃO PÓ AMARELO MARRON, GRAU DE PUREZA* PUREZAMÍNIMA DE 97%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA. CAS 1415-73-2

9 3011000002481 Unidade 2 R\$ 102,67 205,34

ALUMINA

Material: Veludo Sintético Aplicação: Polimento Metalográfico Com Alumina Diâmetro Aproximado: 200 Mm

10 3011000002376 Litro 1 R\$ 59,05 59,05

ANIDRIDO ACÉTICO

ANIDRIDO ACÉTICO, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO INCOLOR, TRANSLÚCIDO, ODOR PICANTE, PESO MOLECULAR:102,09 G/MOL,FÓRMULA QUÍMICA: C₄H₆O₃, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 108-24-7

20 3011000002478 Grama 50 R\$ 3,66 183,00

CLORETO DE ANTIMONIO



CLORETO DE ANTIMÔNIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO CRISTALINO, PESO MOLECULAR:228,11 G/MOL, COMPOSIÇÃO:CL₃SB (O LORETO DE ANTIMÔNIO III), GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10025-91-9

21 3011000002482 Grama 100 R\$ 1,09 109,00

CLORETO DE HIDROXILAMÔNIO

CLORETO DE HIDROXILAMÔNIO, ASPECTO FÍSICO: CRISTAL INCOLOR A LEVEMENTE AMARELADO, HIGROSCÓPICO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA: NH₂OH.HCL, PESO MOLECULAR:69,49 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 5470-11-1

29 3011000002484 Litro 1 R\$ 131,99 131,99

DIMETILFORMAMIDA

DIMETILFORMAMIDA N,N PA ACS; TEOR PUREZA MÍNIMO 99,8%; APARÊNCIA LÍMPIDO

30 3011000002485 Litro 2 R\$ 73,00 146,00

DIMETILSULFÓXIDO (DMSO)

ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, INODORO, PESO MOLECULAR:78,13 G/MOL, COMPOSIÇÃO QUÍMICA:(CH₃)₂SO,TEOR DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,9%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:APIROGÊNICO E ESTÉRIL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 67-68-5

43 3011000002486 Grama 250 R\$ 0,80 200,00

MAGNÉSIO EM RASPAS (APARAS)

Aspecto Físico: Raspas Prateadas Fórmula Química: Mg Peso Molecular: 24,31 G/Mol Grau De Pureza: Pureza MÍNIMA De 99,8% Número De Referência Química: Cas 7439-95-4; FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 250G.

47 3011000001063 Grama 250 R\$ 0,11 27,50

METABISSULFITO DE SÓDIO

Aspecto Físico: Pó Branco, De Odor Sulfuroso Composição: Na₂S₂O₅ Peso Molecular: 190,11 g/mol Teor De Pureza: Teor MÍNIMO De 98% Característica Adicional: Reagente P.A. Acs Número De Referência Química: Cas 7681-57-4; FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 250G.

49 3011000000338 Grama 50 R\$ 1,05 52,50

NITRATO DE BISMUTO

NITRATO DE BISMUTO, ASPECTO FÍSICO: PÓ DENSO MICROCRISTALINO, FÓRMULA QUÍMICA: BI₅H₉N₄O₂₂ - BÁSICO OU SUBNITRATO DE BISMUTO, PESO MOLECULAR:1461,99 G/MOL, TEOR DE PUREZA: TEOR MÍN. DE BISMUTO 71%, PUREZA MÍNIMA DE 98%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 10361-46-3; FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 50G.

50 3011000001854 Grama 500 R\$ 0,16 80,00

NITRATO DE CHUMBO



Aspecto Físico: Cristal Branco, Inodoro Peso Molecular: 331,21 g/mol Composição Química: $Pb(NO_3)_2$ (Chumboll) Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99% Característica Adicional: Reagente P.A. Acs Número De Referência Química: Cas 10099-74-8; Apresentação: Frasco com 500g

70 3035000023962 Kg 5 R\$ 141,35 706,75

RESINA DE POLIÉSTER

Resina de poliéster cristal baixa viscosidade + catalizador; Aspecto Físico: Líquido Cor: Incolor Solubilidade: Insolúvel Em Água Composição Básica: Poliéster Tipo: Resina Cristal Características Adicionais: ComCatalisador Aplicação: Modelagem

83 3011000001682 Grama 500 R\$ 0,07 35,00

SULFATO DE MANGANÊS

Peso Molecular: 169,02 g/mol Aspecto Físico: Pó Fino, Rosa Pálido, Higroscópico Fórmula Química: $MnSO_4 \cdot H_2O$ (Monohidratado) Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99% Característica Adicional: Reagente P.A. Acs Número De Referência Química: Cas 10034-96-5; FORNECIMENTO: EMBALAGEM COM 500G.

89 3011000002487 Grama 3 R\$ 437,05 1.311,15

TRIAZINA

TRIAZINA, ASPECTO FÍSICO: PÓ OU CRISTAIS LEVEMENTE CASTANHOS, FÓRMULA QUÍMICA: $C_{18}H_{12}N_6$ (2,4,6-TRIS (2-PIRIDIL)-S-TRIAZINA) - TPTZ, PESO MOLECULAR: 312,3 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: REAGENTE, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 3682-35-7

90 3011000002488 Grama 10 R\$ 176,06 1.760,60

TRIFENILTETRAZÓLIO

TRIFENILTETRAZÓLIO, ASPECTO FÍSICO: PÓ BRANCO, LEVEMENTE AMARELADO, FÓRMULA QUÍMICA: $C_{19}H_{15}CLN_4$ (CLORETO 2,3,5-TRIFENIL2H-TETRAZÓLIO), PESO MOLECULAR: 334,81 G/MOL, GRAU DE PUREZA: PUREZA MÍNIMA DE 98%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 298-96-4

LOTE/GRUPO 6: MATERIAL PARA LABORATÓRIO

R\$ 16.450,90

13 3035000023950 Unidade 6 R\$ 113,64 681,84

BALÃO DE DESTILAÇÃO FUNDO CHATO

Balão destilação fundo chato, gargalo curto, com uma junta cônica esmerilhada 24/40, rolha de polietileno intercambiável de – 500 mL com rolha de polietileno intercambiável

24 3035000023951 Unidade 6 R\$ 89,67 538,02

CONEXÃO DE LABORATÓRIO TIPO CLAISEN

CONEXÃO LABORATÓRIO, MATERIAL: VIDRO BOROSILICATO TRANSPARENTE, QUANTIDADE BOCAS: 3; TIPO JUNTA: CLAISEN, JUNTAS 24/40, APLICAÇÃO: APARELHOS DE DESTILAÇÃO ESSENCIAL

28 3035000021991 Unidade 1 R\$ 893,97 893,97



DESSECADOR DE 30 CM

DESSECADOR, MATERIAL VIDRO, TIPO PARA VÁCUO, DIÂMETRO INTERNO CERCA DE 30 CM, COM TAMPA, TIPO TAMPA:VIDRO COM VEDAÇÃO, ACESSÓRIOS COM LUVA E TORNEIRA, OUTROS COMPONENTES COM PLACA DE PORCELANA

33 3035000023952 Unidade 4 R\$ 313,52 1.254,08

FILTRO HEPA

FILTRO PURIFICAÇÃO DE AR, MATERIAL:PLISSADOS EM MOLDURA DE ALUMÍNIO ANODIZADO, APLICAÇÃO:CAPELA FLUXOLAMINAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FILTRO HEPA H14, MEIO FILTRANTE:PAPEL DE MICROFIBRA DE VIDRO EMFORMA PLISSADA

34 3035000023766 Unidade 100 R\$ 4,35 435,00

FILTRO LABORATÓRIO PVDF

FILTRO LABORATÓRIO, TIPO: PARA SERINGA, MATERIAL: PVDF, POROSIDADE:0,22 µM, DIMENSÕES: CERCA DE 25 MM,ESTERILIDADE: ESTÉRIL, APIROGÊNICO, TIPO USO: DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL

35 3035000023953 Unidade 56 R\$ 141,20 7.907,20

FILTRO POLIPROPILENO

FILTRO PURIFICAÇÃO ÁGUA, MATERIAL:POLIPROPILENO, VAZÃO:1.200 L/H, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CARVÃO ATIVADOIMPREGNADO DE PRATA COLOIDAL, TAMANHO:9 POL

51 3035000023957 Emb. 2 R\$ 26,84 53,68

ÓLEO LUBRIFICANTE PARA BOMBA VÁCUO

Óleo lubrificante para bomba de vácuo - Classificação: Multiuso; Uso: Bomba De Vácuo Mecânica; Tipo: Sintético; Viscosidade: 53 Cst A 40° C, apresentação embalagem 500ml

52 3035000023958 Unidade 1 R\$ 386,33 386,33

PENEIRA MESH ABERTURA 0,09MM

Peneira Mesh em aço inox ABNT 100, abertura de tela 0,090 mm, diâmetro 8, altura 2 polegadas

53 3035000023959 Unidade 1 R\$ 386,33 386,33

PENEIRA MESH ABERTURA 0,25MM

Peneira Mesh em aço inox ABNT 100, abertura de tela 0,250 mm, diâmetro 8 polegadas, altura 2 polegadas

66 3035000023960 Unidade 2 R\$ 617,62 1.235,24

PLATAFORMA ELEVATÓRIA TIPO JACK

Plataforma Elevatória em Aço Inox ajustável Tipo Jack, capacidade sustentável até 8,5 kg, altura máxima:25 cm, dimensões da base: C = 15 x L = 15 cm.

69 3035000023961 Unidade 2 R\$ 217,37 434,74



REFIL BACTERIOLÓGICO

REFIL, MATERIAL: CARVÃO ATIVADO E PRATA COLOIDAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM EFICIÊNCIA BACTERIOLÓGICA

76 3035000023963 Unidade 1 R\$ 869,27 869,27

SISTEMA DE EXTRAÇÃO CLEVINGER

Sistema de extração Clevenger completo com balão de 2 L; Material: Vidro; Componentes: Com Torneira Vidro; Adicional: Graduado

84 3035000000938 Unidade 16 R\$ 85,95 1.375,20

SUPORTE UNIVERSAL 70CM

SUPORTE LABORATÓRIO, MATERIAL: METAL, TIPO: HASTE, APLICAÇÃO: PARA BURETA, DIMENSÕES: CERCA DE 70 CM, BASE: BASE PLANA.

LOTE/GRUPO 7: MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO

R\$ 4.337,52

14 3019000000268 Unidade 10 R\$ 354,67 3.546,70

BOMBONA

Material: Plástico Resistente; Capacidade: 200 L; Aplicação: Descarte De Material Tóxico; Cor: azul

17 3019000000779 Unidade 8 R\$ 37,34 298,72

CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 15L

Material: Polietileno ou plástico resistente; Comprimento: 44 Cm; Largura: 34,50 Cm; Altura: 15 Cm; Cor: transparente; Características Adicionais: Com Tampa; Capacidade: 15 L

18 3019000000707 Unidade 10 R\$ 49,21 492,10

CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 29L

Material: Plástico Resistente; Comprimento: 450 Mm; Largura: 320 Mm; Altura: 280 Mm; Transmitância: Transparente; Características Adicionais: Tampa E Travas; Tipo: Caixa Organizadora; Capacidade: 29 L

LOTE/GRUPO 8: MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

R\$ 933,55

11 3035000023948 Unidade 10 R\$ 16,98 169,80

AVENTAL PVC FORRADO 100X80CM

Material: PVC - Cloreto de Polivinila Modelo: Forrado Tipo: Impermeável Cor: Branca Comprimento: 100cm Largura: 80 cm Características Adicionais: Tiras De Amarrar Fixas

12 3035000023949 Unidade 10 R\$ 16,76 167,60

AVENTAL PVC FORRADO 120X70CM

Material: PVC - Cloreto De Polivinila Modelo: Forrado Tipo: Impermeável Cor: Branca Comprimento: 120Cm Largura: 70 Cm Características Adicionais: Tiras De Amarrar Fixas



42 3035000023954 Par 5 R\$ 119,23 596,15

LUA DE PROTEÇÃO EM FIBRA ARAMIDA

LUA PROTEÇÃO, MATERIAL:100% FIBRA ARAMIDA, TAMANHO: ÚNICO, TIPO:5 DEDOS, APLICAÇÃO:
PROTEÇÃO TÉRMICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE A TEMPERATURA ATÉ 230 °C,
FORMATO: ANATÔMICO

Detalhamento Por Grupo Material

3036 - MATERIAL HOSPITALAR	R\$ 14.590,67
3011 - MATERIAL QUIMICO	R\$ 11.031,05
3019 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	R\$ 4.337,52
3035 - MATERIAL LABORATORIAL	R\$ 19.776,91

Valor Total do Processo: R\$ 49.736,15



ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, com sede na **Avenida dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bairro Bacanga, CEP: 65080-805**, na cidade de São Luís - MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **06.279.103/0001-19**, neste ato representado pelo Magnífico Reitor **NATALINO SALGADO FILHO**, nomeado pelo **Decreto S/N de 06/11/2019**, publicada em **07/11/2019**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto nº 1.171, de 22/06/1994, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/20__, publicada em ____/____/20__, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **material de consumo, para laboratórios e clínicas escolas**, visando atender as necessidades desta **UFMA**, especificado(s) no **Termo de Referência**, anexo do edital de **Pregão nº XX/2022**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>



--	--	--	--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S).

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal do Maranhão.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua homologação, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO.

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



- 6.4.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.4.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1.** liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2.** convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7.** O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1.** descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2.** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4.** sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.



8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº XXX/2021, QUE
FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL
DO MARANHÃO - UFMA E A
EMPRESAXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

A União, por intermédio da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA, com sede na **Avenida dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bairro Bacanga, Edifício Castelo Branco, CEP: 65080-805**, inscrito no CNPJ sob o nº **06.279.103/0001-19**, neste ato representado pelo Magnífico Reitor **NATALINO SALGADO FILHO**, nomeado pelo **Decreto S/N de 06/11/2019**, publicada em **07/11/2019**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto nº **1.171**, de **22/06/1994**, publicada em **04/10/2011**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXX-XXX**, no Município de **XXXXXXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXXXXXXXX-X** e CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **23115.XXXXXX/2021-XX**, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão por Sistema de Registro de Preços nºXX/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a eventual aquisição de **Material de consumo para laboratório e clínicas escolas**, visando atender as necessidades desta **UFMA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
------	------------	-------------------------	----------------------	------------	-------



	ESPECIFICAÇÃO				
1					
2					
3					
....					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:



5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES.

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Maranhão - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.



17.2.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Luís (MA), XX de XXXX de 202X

Pela CONTRATANTE

Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA